

FREGUESIA DE ESTRELA

Aviso n.º 8223/2024/2

Sumário: Abertura de procedimento concursal de emprego público por tempo indeterminado para preenchimento de dois postos de técnico superior.

1 – Para os devidos efeitos se torna público que, no uso da competência que me é conferida pela alínea f) do n.º 1 do artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/09, e para efeitos do disposto nos n.º 1 e 2 do artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06, nos termos da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, na sua redação atual, e após deliberação da Junta de Freguesia, datada de 27 de março de 2024, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 11.º da Portaria, o procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento dos postos de trabalho infra, previstos e não ocupados do mapa de pessoal da Freguesia de Estrela:

Ref.ª A: Carreira e categoria de Técnico Superior (1 posto de trabalho) – Área de Ação Social;

Ref.ª B: Carreira e categoria de Técnico Superior (1 posto de trabalho) – Área de Recursos Humanos.

Consulta prévia:

Reserva de Recrutamento: declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento na Área Metropolitana de Lisboa para as categorias e carreiras acima identificadas.

2 – Legislação aplicável: Lei n.º 35/2014, de 20/06 e seu Anexo I (adiante designada por LTFP); Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09, e Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro (adiante designada por Portaria), nas suas redações atualizadas.

3 – Prazo de validade – o procedimento concursal é válido para o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho a ocupar.

4 – Local de trabalho: área territorial da Freguesia de Estrela ou qualquer outra em que tenha de exercer funções ao serviço da Freguesia.

5 – Perfil de competências pretendido:

Orientação para o serviço público;

Responsabilidade e compromisso com o serviço;

Iniciativa e autonomia;

Capacidade de comunicação e facilidade de relacionamento interpessoal;

Proatividade;

Trabalho em equipa;

Planeamento e organização;

Análise da informação e sentido crítico;

Adaptação e melhoria contínua.

6 – Caracterização dos postos de trabalho em função da referência, da atribuição, competência ou atividade:

Ref.ª A: preveem funções de consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam

a decisão, a elaboração de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade e a execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Neste quadro, as funções a desenvolver deverão incluir, entre outras, responsabilidade ao nível da coordenação, planeamento e execução de projetos sociais, bem como de avaliação de apoios de cariz social, em prol da comunidade e envolvendo os vários agentes do território;

Ref.ª B: preveem funções de natureza executiva, de aplicação e métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, nomeadamente na gestão de projetos, desenvolvimento de novos procedimentos, funções consultivas, de estudo, planeamento, avaliação e aplicação de métodos em processos, em especial dos procedimentos administrativos e da atividade administrativa em geral (atos administrativos, regulamentos e contratos da administração pública), da contratação pública, no que respeita aos procedimentos pré-contratuais para a formação de contratos administrativos e ao regime substantivo das relações contratuais administrativas (Código dos Contratos Públicos) e Código do Procedimento Administrativo. Neste âmbito, as funções a desenvolver deverão incluir, entre outras, o desenvolvimento de ações de recrutamento, seleção, acolhimento e reafetação de trabalhadores; o processamento salarial; a verificação e controlo de assiduidade; a elaboração de pareceres, para decisão superior; a elaboração e manutenção da atualização de toda a informação de RH; o tratamento e comunicação de dados estatísticos de RH; a instrução dos processos de alteração de posicionamento remuneratório no âmbito do SIADAP.

6.1 – A descrição de funções em referência, não prejudica a atribuição aos trabalhadores de funções, não expressamente mencionadas, que lhes sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais detenham qualificação profissional adequada e que não impliquem desvalorização profissional, nos termos do n.º 1 do artigo 81.º da LTFP.

7 – Posicionamento remuneratório – em conformidade com o previsto no n.º 1 do artigo

38.º da LTFP, a posição remuneratória:

Ref.ª A e B: 16.º nível remuneratório da TRU.

8 – Requisitos de admissão – podem candidatar-se indivíduos que, cumulativamente, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, satisfaçam e que se mantenham até ao final do procedimento, os requisitos gerais e específicos previstos no artigo 17.º, artigo 35.º e n.º 1 do artigo 86.º da LTFP, a seguir referidos:

8.1 – Requisitos Gerais:

- a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória;
- f) Registo criminal.

8.2 – Requisitos Específicos:

Ref.ª A: Licenciatura em Serviço Social;

Ref.ª B: Licenciatura em Recursos Humanos.

8.3 – Os candidatos devem reunir os requisitos referidos até à data-limite de apresentação das respetivas candidaturas e que deverão manter até ao final do procedimento.

8.4 – Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações.

9 – Âmbito do recrutamento: trabalhadores com ou sem vínculo de emprego público (cft. n.º 3 e n.º 4 do artigo 30.º da LTFP e da Portaria). Tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à atividade da Freguesia na impossibilidade de ocupação de todos ou parte dos postos de trabalho objeto dos presentes procedimentos concursais por trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado ou que se encontrem em situação de requalificação, o recrutamento será efetuado de entre trabalhadores com vínculo de emprego por tempo determinado ou determinável ou sem vínculo de emprego público previamente estabelecida.

10 – De acordo com o disposto nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento.

11 – Métodos de seleção (artigo 36.º da LTFP e do artigo 5.º e 6.º da Portaria):

11.1 – Para os candidatos identificados no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP, que:

11.1.1 – Se encontrem a cumprir ou a executar as atribuições, competências ou atividades caracterizadoras do(s) posto(s) de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento, e,

11.1.2 – Exerçam, por escrito, o direito estabelecido no n.º 3 do artigo 36.º da LTFP, serão utilizados os seguintes métodos de seleção:

Métodos de seleção obrigatórios: Avaliação Curricular (AC) e Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)

11.2 – Para os restantes candidatos serão utilizados os seguintes métodos de seleção, e com base no perfil de competências e definido atendendo às funções a exercer pelos candidatos a recrutar, serão aplicados os seguintes métodos de seleção:

Prova de Conhecimentos (PC)

Avaliação Psicológica (AP)

Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)

11.3 – A Prova de Conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício das funções.

11.3.1 – Forma, natureza e duração da Prova de Conhecimentos:

Para os candidatos das Referências A e B:

A prova de conhecimentos será escrita, de realização individual, de natureza teórica e em suporte papel, com consulta dos diplomas legais, desde que não comentados e anotados, numa só fase, constituída por um conjunto de questões de escolha múltipla e ou resposta direta, com a duração de 90 minutos e incidirá sobre assuntos de natureza genérica e específica, diretamente relacionados com as exigências da função. A valoração será expressa numa escala de 0 a 20 valores, sendo a valoração considerada até às centésimas. Não é permitido a utilização de folha de rascunho.

11.3.2 – Programa e legislação

No decurso da Prova de Conhecimentos é permitida a consulta da legislação não anotada; não é permitida a utilização de equipamentos tecnológicos; não é permitida a consulta de bibliografia ou outras fontes de informação. Devem ser consideradas todas as atualizações e alterações que, entretanto, venham a ser efetuadas à legislação indicada no presente aviso até à data da realização da prova de conhecimentos.

11.3.3 – Programa e legislação comum às referências A e B:

Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação;

Lei n.º 35/2014, de 20/06;

Constituição da República Portuguesa – Decreto de 10 de abril de 1976, na redação da Lei Constitucional 1/2005, de 12/08;

Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – Lei n.º 73/2013, de 03/09;

Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e freguesias – Lei n.º 169/99, de 18/09;

Reorganização Administrativa de Lisboa – Lei n.º 56/2012, de 08/11;

Autarquias Locais – Competências e Regime Jurídico – Lei n.º 169/99, de 18/09;

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – Lei n.º 35/2014, de 20/06;

Portaria n.º 125-A/2019, de 30/04;

Lei n.º 66-B/2007, de 28/12;

Código do Trabalho – Lei n.º 7/2009, de 12/02;

Código do Procedimento Administrativo – Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01;

Lei n.º 58/2019, 08/08;

Portaria n.º 57/2018, de 26/02;

Lei n.º 66-B/2007, de 28/12;

Código dos Contratos Públicos – Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01;

Portaria n.º 125-A/2019, de 30/04;

Caracterização da freguesia de Estrela e programas levados a cabo pela Junta de Freguesia de Estrela;

Conhecimento da Língua Portuguesa ao nível da escolaridade obrigatória;

Conhecimento da Matemática ao nível da escolaridade obrigatória;

Noções Básicas de Office (Word, Excel);

Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

11.3.4 – Programa e legislação específica da Ref.^a A:

Lei n.º 13/2019, de 02/2019;

Lei n.º 121/2019, de 09/2019;

Lei n.º 100/2019, de 09/2019;

Lei n.º 147/99 de 09/1999;

Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal (2019);

Elaboração de Projetos Sociais. Porto: Porto Editora, Serrano, G. (2008).;

Metodologia da Intervenção em Trabalho Social. Porto: Porto Editora, Robertis, Cristina (2011).;

Teoria da Política Social. Lisboa: ISCSP, Carmo, H (2011).;

Desenvolvimento Comunitário. Lisboa: ISCSP;

Mesquita, M (2014). Parentalidade(s) nas Famílias Nucleares Contemporâneas. Lisboa: ISCSP, Carmo, H (Coordenação) & Esgaio, A & Pinto, C & Pinto, P (2015).;

Site www.seg-social.pt – Subsídios e complementos.

11.3.5 – Programa e legislação específica da Ref.ª B:

Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro;

Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro;

Decreto-Lei n.º 13/2024, 10 de janeiro;

Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto;

Princípios de Gestão de Recursos Humanos (2021) – Ana Maria Soto Mayor, Editora Rei dos Livros;

Gestão de Recursos Humanos e Direito da Função Pública (2021) – J. A. Oliveira Rocha, Editora Almedina.

11.4 – A Avaliação Psicológica visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências dos postos de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido, podendo comportar uma ou mais fases.

11.5 – A Entrevista de Avaliação de Competências, nos termos da al. d), n.º 1 do artigo 17.º, dos n.ºs 4, 6 e 7 do artigo 37.º e a alínea c) do artigo 39.º da Portaria 233/2022, de 9 de setembro, visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

12 – Os candidatos admitidos serão convocados para a realização dos métodos de avaliação, nos termos do CPA, com indicação do local, data e horário em que os mesmos devem ter lugar.

12.1 – A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento resultará da média aritmética ponderada das classificações quantitativas dos métodos de seleção, a qual será expressa na escala de 0 a 20 valores e calculada através da aplicação da seguinte fórmula:

12.2 – Para os candidatos de todas as Referências que não se enquadrem na situação prevista no n.º 2 e 3 do artigo 36.º da LTFP:

Para os candidatos da Referência A e B, serão aplicados os seguintes métodos de seleção:

a) Prova Escrita de Conhecimentos (PEC) – 70 %

b) Avaliação Psicológica (AP) – Apto/Não Apto

c) Entrevista de Avaliação de Competências – 30 %, em que a ordenação final é a seguinte:

$$CF = PEC (70 \%) + EAC (30 \%);$$

13 – Todos os métodos de seleção têm caráter eliminatório. A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção equivale à desistência do concurso. Será excluído do procedimento o candidato que obtiver uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, bem como, o que obtenha menção qualitativa de Não Apto na Avaliação Psicológica não lhe sendo aplicado o método ou fase seguinte.

14 – O júri pode socorrer-se de outros elementos/ entidades para a realização de alguns métodos de seleção que dada a sua especificidade assim o exijam.

15 – A ordenação final dos candidatos é unitária, ainda que lhe tenham sido aplicados métodos de seleção diferentes e expressa numa escala de 0 a 20 valores, efetuados e o recrutamento pela

ordem decrescente da ordenação final dos candidatos colocados em situação de mobilidade especial, e esgotados estes, dos restantes candidatos, nos termos das alíneas c) e d), n.º 1 do artigo 37.º da LTFP. Em caso de igualdade de valoração entre os candidatos serão adotados os critérios de ordenação preferencial previstos no artigo 66.º da LTFP. Caso subsista o empate, será tida em consideração a classificação obtida no primeiro método de seleção obrigatório.

16 – As candidaturas têm de ser formalizadas, até ao termo do prazo fixado, através do preenchimento de formulário tipo, de utilização obrigatória, disponível na página eletrónica da Junta de Freguesia de Estrela, em www.jf-estrela.pt, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio ao cuidado da Presidente do Júri, registado com aviso de receção, no prazo fixado no n.º 1 deste Aviso, para Junta de Freguesia de Estrela, sita na Rua Almeida Brandão n.º 39, 1200-602 Lisboa, durante o horário normal de funcionamento (09h00 às 17h00), sendo obrigatório a entrega dos seguintes elementos:

a) Identificação completa: nome completo, data de nascimento, nacionalidade, número e data de validade do bilhete de identidade ou cartão de cidadão, número de identificação fiscal, residência completa, telefone, telemóvel e endereço eletrónico, este último, caso exista;

b) Designação do procedimento concursal a que se candidata, com indicação da carreira, categoria e atividade caracterizadora do posto de trabalho a ocupar e respetiva referência, série, número e data do *Diário da República* em que encontra publicado o presente aviso;

c) Declaração sob compromisso de honra da situação precisa, perante cada um dos requisitos de admissão exigidos, previstos no artigo 17.º da LTFP e descritos no ponto 8 do presente aviso, bem como os demais factos constantes na candidatura;

d) Identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida (caso exista), bem como da carreira, categoria de que seja titular, da atividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções;

e) Habilitações literárias;

f) Registo Criminal;

g) Os candidatos que queiram exercer o direito previsto no n.º 2 e n.º 3 do artigo 36.º da LTFP deverão mencionar qual a sua opção de escolha do método de seleção.

17 – O formulário de candidatura deverá ser devidamente preenchido, datado e assinado, e acompanhado dos respetivos documentos, sob pena de exclusão.

17.1 – O candidato deve identificar de forma clara e inequívoca o procedimento concursal a que se candidata mediante a indicação, na primeira página do formulário tipo de Candidatura, do código da publicitação do procedimento que corresponde ao número do Aviso no *Diário da República* e da respetiva categoria;

17.2 – Os candidatos que se pretendem candidatar a mais do que uma referência do procedimento concursal têm de obrigatoriamente apresentar uma candidatura por cada referência.

18 – Não serão aceites candidaturas enviadas pelo correio eletrónico, atendendo ao número elevado de documentos solicitados.

19 – Com os requerimentos de candidatura deverão ser obrigatoriamente apresentados os seguintes documentos:

a) Currículo profissional detalhado, paginado, devidamente assinado, datado e rubricado em todas as páginas, do qual conste a identificação pessoal, habilitações literárias, experiência profissional e quaisquer circunstâncias que possam influir na apreciação do seu mérito ou constituir motivo de preferência legal, os quais, todavia, só serão tidas em consideração pelo Júri do procedimento concursal se devidamente comprovadas, nomeadamente fotocópia dos documentos comprovativos da frequência das ações de formação e da experiência profissional;

b) Fotocópia legível do documento comprovativo das habilitações literárias, bem como fotocópias do bilhete de identidade ou cartão de cidadão e do cartão com o número fiscal de contribuinte;

c) Os candidatos detentores de vínculo de emprego público devem apresentar declaração atualizada à data da abertura do presente procedimento concursal emitida e autenticada pelo órgão ou serviço a que o candidato pertence, da qual conste:

i) Modalidade da relação jurídica de emprego público que detém;

ii) Carreira/categoria e posição e nível remuneratórios;

iii) A atribuição, competência ou atividade caracterizadora do conteúdo funcional correspondente ao posto de trabalho que o candidato ocupa ou, sendo trabalhador em mobilidade especial, o que por último ocupou, o tempo de execução das atividades inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas;

iv) Menções qualitativas e quantitativas obtidas nas avaliações dos últimos três anos;

d) Os candidatos detentores de vínculo de emprego público devem, ainda, apresentar, declaração de conteúdo funcional emitida pelo órgão ou serviço a que o candidato pertence, devidamente atualizada à data da abertura do presente procedimento concursal, da qual conste a atividade que se encontra a exercer;

20 – A não apresentação dos documentos exigidos, em conformidade com o ponto antecedente, determina a exclusão do procedimento, quando a falta impossibilite a sua admissão ou a avaliação.

21 – Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03/02, e para efeitos de admissão ao concurso, os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção.

22 – Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

23 – As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

24 – O Júri para todas as referências tem a seguinte composição:

Presidente – Dr.ª Inês Marques (Chefe intermédia de 5.º Grau);

1.ª Vogal Efetivo – Dr.ª Márcia Oliveira (Chefe intermédia de 5.º Grau);

2.ª Vogal Efetivo – Dr.ª Rosilaine Koritar (Chefe intermédia de 3.º Grau);

Vogais Suplentes – Dr.ª Mariana Gomes (Chefe intermédia de 5.º Grau) e Dr.ª Liliana Fidalgo (Chefe intermédia de 3.º Grau);

24.1 – A 1.ª Vogal Efetiva substitui a Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos.

25 – Das atas do Júri constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final dos métodos são publicitados na página eletrónica www.jf-estrela.pt, nos termos do n.º 6 do artigo 11.º da Portaria.

26 – A lista dos resultados obtidos em cada método de seleção será afixada nas instalações da Freguesia e divulgada na página eletrónica www.jf-estrela.pt.

27 – Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação do dia, hora e local para realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no artigo 10.º da Portaria.

28 – Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no artigo 10.º da Portaria, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Admi-

nistrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7/01), sendo que só serão consideradas válidas estas audiências, mediante preenchimento e envio de formulário próprio publicado no site da Junta de Freguesia de Estrela.

29 – A lista unitária de ordenação final, após homologação, é publicada na 2.ª série do *Diário da República* e afixada em local visível e público das instalações da Freguesia, nos termos do n.º 5 do artigo 28.º da Portaria.

30 – Nos termos do disposto na alínea b) n.º 1 do artigo 11.º da Portaria, o presente aviso será publicitado integralmente na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação no *Diário da República*.

31 – Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

27 de março de 2024. – O Presidente, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira.

317540383